



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMACULADA

Secretaria das Finanças

LEI Nº 594, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2009

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMACULADA, ESTADO DA PARAÍBA, Faço Saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Artigo 1º- Fica aprovado o Orçamento Programa do Município de IMACULADA, para o exercício Econômico-Financeiro de 2010, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, que estima a Receita em R\$ 14.998.518,00 (Quatorze Milhões, Novecentos e Noventa e Oito Mil e Quinhentos e Dezoito Reais), e fixa a Despesa em igual valor.

Artigo 2º- A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos, Contribuições, Transferências e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e das especificações do Anexo I, de acordo com a seguinte discriminação :

I – RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		%
Receitas Correntes	12.863.529,00	85,77
Receita Tributária	317.800,00	2,12
Receita Patrimonial	80.000,00	0,53
Transferências Correntes	12.282.729,00	81,89
Outras Receitas Correntes	183.000,00	1,22
Receitas de Capital	3.480.000,00	23,20
Operações de Crédito	100.000,00	0,67
Alienação de Bens	30.000,00	0,20
Transferências de Capital	3.350.000,00	22,34
Deduções da Receita Corrente	1.345.011,00	8,97
Ded. da Receita Orçamentária em favor do FUNDEB	1.345.011,00	8,97
Total	14.998.518,00	
1. Intraorçamentário :	0,00	0,00
2. Total Geral da Administração Direta :	14.998.518,00	00,00

Artigo 3º- A Despesa será realizada de modo a atender aos encargos do Município, com a manutenção dos Serviços Públicos, Transferências e Despesas de Capital, nas especificações dos Programas,

Projetos e Atividades, dimensionada nos anexos e de acordo com o seguinte desdobramento:

I – DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		%
DESPESAS CORRENTES	11.057.372,00	73,72
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.151.492,00	41,01
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.905.880,00	32,71
DESPESAS DE CAPITAL	3.500.000,00	23,34
INVESTIMENTOS	3.500.000,00	23,24
Reserva de Contingência	441.146,00	2,94
Reserva de Contingência	441.146,00	2,94
Total:	14.998.518,00	
1. Intraorçamentário :	0,00	0,00
2. Total da Administração Direta :	14.998.518,00	00,00

DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
I – DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
Código	Descrição	Valor	%
01.010	CÂMARA MUNICIPAL	579.890,00	3,87
02.010	GABINETE DO PREFEITO	221.882,00	1,48
02.020	SEC. DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA	73.500,00	0,49
02.030	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	147.000,00	0,98
02.040	SECRETARIA DE FINANÇAS	931.000,00	6,21
02.050	SEC. DE OBRAS PÚBLICAS, SERVIÇOS URBANOS, TRANSPORTE E ESTRADAS	1.839.000,00	12,26
02.060	SECRETARIA DE SAÚDE	3.174.000,00	21,16
02.070	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS	567.100,00	3,78
02.080	SECRETARIA DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.063.000,00	7,09
02.090	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	5.917.000,00	39,45
02.100	DEFENSORIA PÚBLICA MUNICIPAL	44.000,00	0,29
09.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	441.146,00	2,94
Total:		14.998.518,00	
1. Intraorçamentário :		0,00	0,00
2. Total Geral da Administração Direta :		14.998.518,00	00,00

Art. 4º- O Poder Executivo mediante Decreto, promoverá a disciplina, execução e distribuição das dotações consignadas a cada órgão e no interesse da administração poderá designar órgãos Centrais para movimentar dotações atribuídas as Unidades Orçamentárias nos termos do Artigo 66. da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 5º- A execução da despesa é consignada a existência de recursos financeiros suficientes, cabendo ao Poder Executivo tomar as medidas necessárias, para ajustar o fluxo dos dispêndios aos dos ingressos.

Art. 6º- Para execução do Orçamento de que trata a Lei, fica o Poder Executivo autorizado a :

- I- Abrir Créditos Suplementares, mediante a utilização dos recursos adiante indicados, até o limite correspondente a 100%, do total da Despesa Fixada nesta Lei, com as seguintes finalidades:
 - a) Atender insuficiência nas dotações orçamentárias, utilizando como fonte de recursos, as disponibilidades caracterizadas no parágrafo 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1964.

§ 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a realocar recursos orçamentários entre unidades orçamentárias e órgãos, utilizando como fonte de recurso as disponibilidades caracterizadas no parágrafo 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1964.

§ 2º- O limite fixado no Inciso I, deste artigo, poderá ser aumentado por proposta do Executivo, mediante aprovação do Legislativo.

- II- Aprovar o Quadro de Detalhamento da Despesa das Entidades da Administração Descentralizada para o exercício de 2010, podendo abrir Créditos Suplementares até o limite previsto no Inciso I, deste artigo.

Art. 7º- As alterações constantes desta Lei Orçamentária farão parte integrante do PPA e LDO.

Art. 8º- Esta lei vigorará durante o exercício de 2010, a partir de 1º de Janeiro, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, 30 de Dezembro de 2009.

JOSÉ RIBAMAR DA SILVA
Prefeito